



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA**

**ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA**

**10 DE JANEIRO DE 2008**

No dia 10 de Janeiro, pelas 09 horas e 30 minutos no edifício do Auditório Municipal, Anfiteatro, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**PONTO ÚNICO – Proposta – Hospital Terra Quente, SA**

**Constituição da Mesa:**

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

|                     |                           |
|---------------------|---------------------------|
| PRESIDENTE.....     | José Manuel Pavão         |
| 2º. SECRETÁRIO..... | Humberto António Cordeiro |

**Verificação de presenças:**

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 60 presenças, pelo que foi declarada aberta a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 70 membros no decorrer da sessão.

**Membros em falta:**

Jorge Manuel Pereira, Alexandra Carmelita P. Lopes Prada, Cristina Maria Ferreira Passas, Rogério Valdemar Rodrigues Frutuoso, e Amílcar Manuel Silva.

**Justificação de Faltas a esta reunião:**

Jorge Manuel Pereira (motivos profissionais)  
Alexandra Carmelita P. Lopes Prada (motivos profissionais)  
Inácio Augusto Valente (motivos de doença), tendo sido substituído pelo Secretário da Junta de Freguesia, Mário António Fontoura Cunha.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Peço o favor de se acomodarem, Srs. Múncipes, bom dia a todos.

Vamos então iniciar esta nossa sessão extraordinária para tratar do assunto do Hospital Terra Quente, cuja proposta todos têm conhecimento, para esta Assembleia proceder ao debate e à sua ratificação / rectificação. O Sr. Presidente da Câmara quer introduzir o tema e dar alguma explicação a esta Assembleia?

**Presidente da Câmara Municipal:**

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Membros da Assembleia, muito bom-dia.

Eu peço desculpa mas hoje a voz não está famosa mas ainda dá para apresentar esta situação.

Esta é uma Assembleia Municipal Extraordinária convocada por uma deliberação da Câmara Municipal e interessa que todos percebam em termos claros e objectivos, sem subterfúgios, o que está em causa.

A Câmara Municipal de Mirandela, por maioria, e a Assembleia Municipal, com 59 votos a favor, 1 voto contra e 1 abstenção, decidiram em Abril de 2006, aprovar a participação do Município de Mirandela na Sociedade Anónima "Hospital Terra Quente S.A."

O que é que queremos então hoje aprovar nesta Assembleia Municipal, ou rectificar?

Em primeiro lugar, porque na altura em que se falava do Hospital Terra Quente S. A. , dizendo-se que a Câmara estava a servir de motor a um empreendimento privado, que alguns tanto elogiam em termos de comunicação social mas que depois menosprezam nas decisões e nas intervenções, a Câmara ainda não sabia qual a percentagem de participação no capital social. Sabe-se agora que é de 10%, o que equivale a 150.000,00 Euros. Essas decisões, em termos de escritura e de registo de escritura, têm de ser aprovadas no respectivo Conselho de Administração – neste caso que é a Câmara, na Câmara Municipal – e nas suas Assembleia Gerais – neste caso na Assembleia Municipal. Só assim se podem executar outros actos consequentes, nomeadamente a escritura pública e o seu registo e a venda do terreno à sociedade, que também está aí perfeitamente definido, para que a sociedade tenha um local onde possa instalar e fazer o seu edifício.

Interessá neste ponto dizer o seguinte, também em termos muito claros, porque é um ponto importante: é que também lá está inscrito que a Câmara vai vender o terreno onde vai ser feita a construção deste hospital, que foi avaliado, conforme a legislação prevê, por um ROC, por 475.000,00 Euros. O que é e qual é a diferença em relação à primeira decisão?

É que na primeira decisão, nós tínhamos decidido avançar e servir de motor a este procedimento mas não sabíamos sequer ainda os sócios interessados que havia, ou os accionistas que poderia haver, que a Câmara podia intervir até ao valor do terreno e das respectivas taxas. Como já viram, a preços actuais, estamos a falar em 475.000,00 Euros por causa do terreno, e mais as respectivas taxas, ultrapassaria os 550.000,00 Euros, o que era quase quarenta e tal por cento do capital social do Hospital Terra Quente S. A. Não nos interessa minimamente ter essa pretensão, nem essa participação.

E portanto o que ficou claro também, é que a legislação diz que quando o terreno tem de ser transferido por venda directa ou por ajuste directo, para um fim relevante público e social, como é a construção deste hospital, sem haver hasta pública, tem que ter a avaliação de um ROC que lhe dá a garantia formal do preço e das situações do terreno.

E para verem que esse preço é de tal maneira favorável à Câmara Municipal, eu também não me inibo de vos fazer uma descrição sumária, de que como é que foi feita esta avaliação, em comparação com investimentos anteriores que já aqui aprovaram, para verem a transparência disto tudo. E nós já decidimos aqui um hospital, a "Tecsam S. A., que está em boa fase de construção, onde até entendemos que o interesse público, era vendê-lo a preços de terreno da Zona Industrial.

Neste caso, os 3.958 m<sup>2</sup> de terreno que estão a ser adquiridos ou vão ser comprados pela Sociedade Terra Quente S. A., a avaliação foi de 100 euros o m<sup>2</sup>, enquanto no caso da Hemodiálise foi a 3,75 Euros.

Quando foram negociadas as áreas de cedência do terreno da Quimigal, que hoje tem o loteamento aprovado, havia lá o edifício do Instituto Piaget que se pensava e dizia que tinha sido cedida a área de forma gratuita pela Quimigal ao Piaget. Contudo o que veio a constatar é que afinal a Quimigal tinha vendido todo o terreno ao proprietário, o Dr. Tomé, incluindo o terreno onde estava o Piaget. São essas as boas práticas do passado que são tantas vezes anunciadas nesta Assembleia Municipal, havia lá um edifício do Instituto Piaget, que tinha sido cedido, segundo dizia a Câmara Municipal! E então nesta boa prática desta venda, que não estava registada, nem constava em lado nenhum, teve que a Câmara Municipal actual, para registar, cumprir a palavra, ser de boa fé, para aqueles que já lá tinham o edifício, cumprir essa situação, fazendo o seguinte: as áreas de cedência a atribuir já tinham que ser descontadas com o terreno que estava destinado ao Instituto Piaget. Só assim pôde ser feita a escritura do terreno em nome do Instituto Piaget.

Isto para dizer-vos que o Instituto Piaget está num terreno que não foi dado por nenhuma entidade e eu repito "que não foi dado por nenhuma entidade", foi doado pela Câmara Municipal, porque pagou com isso em áreas de cedência, no loteamento que devia lá ter hoje.

E entendeu a Câmara Municipal na altura, que além dessas áreas de cedência, havia aquele terreno no meio, que nos interessava mais tarde para um equipamento colectivo qualquer e que nos interessava a preços de custos dessas áreas de cedência, ficar com esse terreno.

Então, segundo também todos devem saber, ao abrigo da Lei 555/99, que toda a gente conhece e sabe que regula estas matérias e do nosso regulamento das taxas municipais, que todos conhecem também a tabela 4, que é sobre excesso de cedências da Câmara Municipal, tem um artigo imperativo que diz: quando há excesso de cedências, a Câmara Municipal pode ficar com o terreno que entender, desse excesso de cedências e que o proprietário concorde, tendo que pagar por ele o valor definido nessa taxa de excesso de cedências que está definido legalmente e que é

para todos saberem 52,6 Euros o m2. É isto que está na nossa tabela de taxas, é isto que está no Regulamento Municipal.

Se somarmos estes valores em que nós ficamos com 2.958 m2 de excesso de cedências e é por isso que o terreno vem para Câmara Municipal, aos tais 52,6 Euros por m2, nós temos que pagar ao proprietário desse terreno, por esta legislação e são cerca de 208.000,00 Euros. Ora se a Câmara deu 208.000,00 Euros pelo respectivo terreno, se ele está a ser vendido agora por 475.000,00 Euros para a Sociedade do Hospital Terra Quente S.A., a Câmara teve aqui logo um lucro de 267.000,00 Euros, só na venda deste terreno, à Sociedade Terra Quente S.A.. Perguntar-me-ão, mas então porquê, isto é especulação? Quis mais dinheiro do que o que é avalizado? Não, como vos disse, teve que haver avaliação de um ROC, que a lei obriga, quando é estas situações, que considera o terreno já não só para construção, mas para construção específica de um equipamento que se chama Hospital e com isso valoriza automaticamente o preço da construção por m2 e por isso a Câmara comprou por 52,6 Euros o m2 e vai vender à Sociedade Terra Quente S.A. por 100,00 Euros o m2. Isto para vos dizer que o negócio até nisto do terreno, a transparência do negócio e o lucro que a Câmara teve nesta transacção em termos do próprio terreno ali existente, ao contrário até, sem isto ser importante doutro que já aprovámos aqui há pouco tempo, o Tecsam S.A. onde em vez de até lhe exigirmos 100,00 Euros o m2, que este tipo de investimentos são bons para a cidade de Mirandela e para o Concelho de Mirandela e para a região e até vendemos a 3,75 Euros o m2, para termos essa infra-estrutura.

Isto quer dizer que em termos de operação que está a ser feita, foi um sucesso por todos os pontos de vista. A Câmara só fica com 10%, ainda por cima vende o terreno à Sociedade, com o lucro acrescido, daquilo que acabei de vos referir agora, o que em termos de negócio, é um bom negócio para a Câmara Municipal.

Por isso me perguntarão: mas porque é que não tem mais percentagem a Câmara Municipal? Porque eu acho e o Executivo do PSD, da Câmara Municipal acha, que a Câmara não deve ter muita participação no capital social. Quanto menos participação tiver, melhor. A Câmara serve nos investimentos privados para ser uma alavanca, para ser um motor e para ser o motivador desses investimentos privados.

Se depois aparecerem os privados, capazes de por eles próprios quererem financiar todos esses equipamentos, todos esses investimentos é evidente que a Câmara reduz ao respectivo investimento e aqui fica apenas com os 10% e fica com toda a clareza, não é porque não houvesse outros privados que também queriam mais percentagem, mas porque entende que num investimento destes, estratégico para a saúde do Concelho e da região, deve estar presente no investimento e deve regular também algumas partes desse investimento, nomeadamente depois no caderno de encargos da gestão do respectivo hospital e da criação das valências do respectivo hospital.

E entendemos por isso que era importante mesmo com esta percentagem, ter essa participação no capital social.

Esta é a explicação que tenho que dar para que esta Assembleia possa decidir aquilo que está aqui em causa.

E aproveito esta oportunidade só para responder a algumas questões que já foram levantadas e depois responderei às outras que serão levantadas por esta Assembleia, para que este investimento fique com toda a clareza.

Vou-vos pedir uma coisa: eu gosto muito que as questões sejam... "pão, pão, queijo, queijo". Isto é: quem é contra investimentos privados, que diga porquê. Quem é a favor de investimentos privados ou deste investimento privado, que diga porquê. Isto do nem ser contra nem a favor, nem o sim nem o não, não é rigorosamente nada. E não é nada, quando se trata destes assuntos de importância estratégica para o Concelho de Mirandela. Esta é a minha opinião em termos formais é esta que vos estou a transmitir. O que os Mirandelenses precisam é de saber, com toda a frontalidade e com toda a clareza, porque é que as pessoas são contra e porque é que as pessoas são a favor. E podem ter a certeza duma coisa, apreciam essa clareza de intervenção. Se é contra, é contra, tem todo o direito de o ser, tem todas as razões para o ser, se são a favor, são a favor.

Quando as questões são de meios-termos, não tem sentido nenhum. E eu já tive aqui dois investimentos privados. Um hospital que já está no meio da sua construção, o outro que está daqui a pouco a ter a sua construção, onde a única posição que eu vi por parte da Câmara Municipal e da oposição, foi a abstenção e isso de facto é uma natureza de decisão que eu acho que os Mirandelenses não são capazes de perceber, nem são capazes de entender nessas matérias, principalmente quando elas se baseiam em três questões ou quatro essenciais que importa aqui esclarecer:

A primeira é porque é a sede. Porque é que a sede deste hospital é na Câmara Municipal de Mirandela? E levam isso a dizer que é a sede do hospital em termos futuros. E o que se passa, ou que se passou nessa Assembleia-geral é o seguinte e que eu explico em termos muito simples:

Provisoriamente, ainda nem existe Hospital Terra Quente S.A., não está constituído, nem existe ainda a venda ao Hospital Terra Quente S.A., porque ele ainda não foi constituído em escritura pública. Portanto para haver uma sede deste investimento, provisória, até existir o edifício ou a venda da propriedade à Sociedade, para nela fazer um posto qualquer de correio para fazer, entenderam os sócios que seria muito mais transparente, que seria muito mais de utilidade pública, que a sede provisória que é só para receber correspondência, ficasse na Câmara Municipal, do que ficasse na sede de qualquer sócio privado que ali estivesse.

E se eles o entenderam e se a Câmara Municipal tem a obrigação, pelo menos até à construção final do edifício, quer pelo seu acompanhamento, quer pela sua fiscalização, quer pelo seu controle, de que esta obra obedeça ao fim público a que se destina "fim público, no sentido da Câmara Municipal", que honra foi para a Câmara Municipal, poder acompanhar desta forma.

E por isso nessa reunião o Presidente da Câmara não se importou que pudesse ficar nos estatutos que a sede provisória era na Câmara Municipal. Entendendo que a sede provisória é para receber alguma correspondência que venha para este Hospital e ao mesmo tempo fazer reuniões com os sócios de vez em quando para preparar as Assembleias deste hospital. Rigorosamente mais nada.

Quando a Assembleia entender – e não é a Assembleia Municipal que entende – quando a Assembleia da Sociedade entender que a sede é nesse edifício ou noutro, fá-lo-á na deliberação dos seus órgãos porque também não se esqueçam duma coisa, a Câmara Municipal só tem, depois da decisão favorável desta Assembleia, 10% nesse investimento, 90% não são dela. Só controla 10% desse investimento. É preciso que isto fique claro. É que a nossa responsabilidade, a nossa decisão, é de 10% no capital social desse investimento.

A segunda questão que também se punha com alguma situação e que põe-se em termos normais das situações que vêm e que se põem, que é: porque é a questão da viabilidade económica e do estudo de viabilidade económica não ser para todos nós em termos claros e objectivos ainda o estudo definitivo e só ser aquele primeiro, da primeira decisão em termos normais.

E juntam vem isto a questão donde vem o terreno, qual a legalidade do terreno, como veio o terreno para a Câmara Municipal. Eu penso que sobre isto não preciso de explicar mais do que aquilo que vos acabei de dizer, do excelente negócio, além da construção do investimento privado, que a Câmara fez na aquisição deste terreno para o seu património, para o seu património da Câmara Municipal e o enriquecimento do património e das verbas da Câmara Municipal, como acabei de vos referir agora.

Outra questão que é posta em termos normais é assim: porque é que os técnicos da Câmara, o DUA, o DFI, ainda não se pronunciaram, nem sobre o local, nem sobre o projecto ... Ó meus amigos, isso é admirável e é admirável porque se ainda não há sociedade constituída, se ainda não há Hospital Terra Quente constituído, a não ser depois de cada Assembleia dos accionistas e desta Assembleia Municipal tomar uma decisão, como já queriam que os técnicos da Câmara se pronunciassem sobre os projectos ou sobre o terreno onde ele vai ser construído.

E mais, os sócios constroem o Hospital onde querem. Cada um, que tem uma sociedade privada, constrói-a onde quer, não é onde os Srs. Vereadores ou onde os Membros da Assembleia Municipal acham que deve ser, é onde eles acham que é o melhor sítio, o melhor local para rentabilizar, para estar perto dos cidadãos para fazer negócio, que é esse o objectivo também de um hospital privado.

E portanto aquele local foi escolhido pelos próprios sócios, porque acharam que era o mais adequado, quer pela localização, quer pela proximidade donde chega a população, quer pela proximidade da central de camionagem, quer doutros aspectos que viram ali e que acharam que era o melhor sítio para fazer o hospital. Por isso estão dispostos a pagar por ele, este valor que aqui acabei de referir de "475.000,00 Euros.

É evidente que os técnicos da Câmara vão ter toda a intervenção e vão dar todos os pareceres, depois de entrarem os respectivos projectos na Câmara Municipal. Até lá não podem dar pareceres sobre projectos que ainda não existem sobre terreno que é da Câmara Municipal neste momento ainda e não é da respectiva empresa.

Outra questão é dos prazos, porque já fizemos aqui uma Assembleia e faz-se outra e os prazos estão continuamente a ser adiados.

Eu sobre isso só tenho que dizer uma coisa. A mim o que me interessa e que hoje repito, é o prazo final da sua construção. E o prazo final da sua construção é o último trimestre de 2009.

Este é o compromisso da sociedade, este, é o compromisso que está assumido. Se antes ou depois não começou no mês de Setembro e começa no mês de Janeiro, por circunstâncias óbvias dos respectivos projectos e das respectivas escrituras e dos respectivos sócios, não é uma coisa que interesse rigorosamente nada a esta Assembleia Municipal nem às pessoas que estão. A sociedade tem um compromisso que é: até ao último trimestre de 2009 tem que ter construído este edifício do Hospital Terra Quente S.A. de Mirandela.

Por último e para terminar esta questão que também não é despreciosa e é importante, que é: eu mandei-vos junto apenas para que saibam indicativamente, os sócios actuais que podem subscrever acções deste capital social, desta sociedade.

É evidente que amanhã ou depois podem ser outros, a Assembleia pode decidir o que entender, as quotas podem ser ou não reduzidas ou aumentadas consoante as Assembleia Gerais dos respectivos sócios ou da Câmara Municipal, ou da Santa Casa da Misericórdia ou de quem entender, até à escritura, uns podem desistir, outros não, o que é importante é que nós temos a certeza absoluta e para mim foi uma surpresa neste investimento, que por falta de dinheiro não se faz este Hospital.

Nós estamos mais interessados em termos de participação nesta sociedade, do que imaginássemos em qualquer altura. Ainda neste momento temos 10 ou 15% de capital social disponível, ou melhor, pretendido por particulares, que não podem entrar por falta de oportunidade e do capital social estar preenchido. E isto é uma coisa que nos deve a todos fazer lembrar de que em Mirandela, de facto há pessoas interessadas em fazer investimentos privados, sem os tais estudos económicos, que lhes vão dar pelos vistos um prejuízo enorme, segundo algumas situações, mas que eles estão convencidos que lhes vai dar, além do lucro necessário, vai desenvolver a região e vai desenvolver o Concelho de Mirandela.

Sr. Presidente, era esta intervenção inicial que queria fazer antes de responder às questões postas pelas bancadas.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Muito bem Sr. Presidente, vamos então, ouvida esta explicação, que se tornava indispensável e foi muito clara, vamos ouvir o que é que os Srs. Deputados têm para dizer.

**Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

Sr. Presidente, respectiva Mesa, o Executivo e em especial o novo vereador que eu não conhecia, mas presumo ser, caros companheiros, vamos então ver se a gente se entende.

Uma questão prévia, para que não hajam dúvidas: não sou, não somos contra o investimento privado. Eu próprio recorro muito frequentemente ao investimento privado.

Aquilo que me traz aqui é uma discussão política, da Autarquia – por isso sou eleito na Assembleia Municipal – num investimento privado e aí eu estou contra. Claramente já estive contra da outra vez e voltarei a estar contra desta vez e explico as razões.

Andamos a apregoar aos quatro ventos que este Governo – e é verdade – está a querer acabar com a saúde pública, aliás o conhecimento que eu tenho, é que a não ser o hospital, que não é por acaso que se chama de Trás-os-Montes e Alto Douro, que irá ficar em Vila Real, é o único hospital a sério que vai ficar aqui na nossa região de Trás-os-Montes e Alto Douro, dito por alguém responsável da saúde.

Todo o resto, o Hospital de Bragança e o de Mirandela, isto é para fechar, é para ter aqui uns cuidados continuados, enfim ...

Aquilo que me custa é a própria Autarquia ajudar à festa. Em vez de lutarmos para que tenhamos saúde no sector público, estamos a amparar o sector privado. E diz-se que só ficamos com 10%, ora exactamente, o que é que a Câmara vai alterar ou não alterar neste empreendimento, 10%. Eu reconheço e sei que a Câmara tem um sector de saúde já instalado, com dois médicos veterinários, é claro ... não sei se este empreendimento também vai englobar, porque aquilo que me dizia um Presidente de Câmara: vocês na quinta-feira vão aprovar a grande superfície, o grande supermercado da saúde, porque como está aqui assim está cá tudo e vamos lá ver o que é que vai estar, se é que vai estar alguma coisa. Continuo a dizer, os privados quer façam a avaliação ou não façam, é deles. Eu sou um município, pago contribuições e não tarda muito esta Assembleia Municipal vir aqui pedir um aumento nas contribuições, porque o dinheiro não chega para tudo. É claro que não chega para tudo.

Depois a venda do terreno. É engraçado como é que a Câmara vende à Câmara. A Câmara vende o terreno à Câmara, porque a Câmara pertencendo à sociedade, que diz que ainda não existe mas já teve Assembleia Geral, segundo as palavras do Sr. Presidente, houve uma Assembleia Geral em que ficou decidido que a sede provisória seria na Câmara Municipal, embora não exista



sociedade, mas já houve Assembleia Geral duma sociedade que ainda não existe. É um bocado complicado, mas foi as palavras que eu entendi do Sr. Presidente.

Depois nos estatutos: o artigo 3.º permite tudo e mais alguma coisa. Permite que a Câmara depois possa estar incluída nos casinos, nos hotéis, nos bordéis e não sei quê, porque permite no artigo 3.º, entrar, quer nacional quer internacionalmente, em tudo que entender, portanto quando se anda a chamar mentiroso ao ministro, porque não cumpre, depois as populações vão chamar mentirosos aos elementos do município e da Assembleia, que andam a aprovar uma coisa que depois vamos ver se temos ou não temos aquilo que nos propomos ter.

Eu entendia que a grande guerra e a grande luta devia ser em termos de Câmara Municipal e em termos de Assembleia Municipal, na manutenção e no reforço das valências e do hospital público. Os privados querem os seus lucros, tudo muito bem, que façam como quiserem, mas a Câmara não devia na minha opinião imiscuir-se neste assunto, porque esta história de dizer que os 10% é o motor, os outros deve ser a carvalheira. Tenho dito.

**Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):**

Pois é Sr. Garrido, para se ser, primeiro tem que se nascer e vamos deixar crescer e depois nessa altura a gente vai conversar se realmente valeu a pena a decisão que vamos tomar hoje..

A 26 de Abril de 2007, foi discutida e aprovada a autorização para que o Município de Mirandela participasse como accionista na sociedade anónima "Hospital Terra Quente, S. A."

Hoje, e por exigência jurídica, é-nos apresentada uma proposta para procedermos à ratificação e rectificação do conteúdo da proposta já aprovada em 26 de Abril.

Nesse dia foi discutida pela Assembleia Municipal, tendo sido debatida exaustivamente pelas diversas bancadas parlamentares, demonstrando-se a importância desse investimento para a região da Terra Quente e especialmente para o Concelho de Mirandela e a própria votação traduziu esse objectivo.

Ficou demonstrada essa importância no campo da saúde, no campo económico para a região e nos objectivos pretendidos com esse investimento e como tal mereceu a sua aprovação por uma larga maioria.

Estou convencido que com esta proposta rectificativa irá acontecer o mesmo e como tal o grupo parlamentar do PSD, irá votar favoravelmente a referida proposta.

Mas antes de terminar gostaria de referir o seguinte:

1 – A Câmara Municipal com 10% e a Santa Casa da Misericórdia com outros 10%, entidades ligadas aos problemas Sociais das Pessoas mais carenciadas, leva-nos a ficar tranquilos pois são 20% da Sociedade e como tal terão um grande peso em influenciar o desempenho deste "Hospital Terra Quente."

2 – Temos o Instituto Piaget com 10%, que estando ligado ao ensino da enfermagem e análises clínicas, tudo fará para que esta unidade tenha sucesso.

3- Por último temos um ilustre Mirandelense (daqueles que investem na sua terra) o Senhor Eng.º Manuel José, com 10%.

Conclusão: O Concelho de Mirandela está representado na sociedade "Hospital Terra Quente" com 40%, que nos dão garantias de sucesso deste investimento e a criação de riqueza e de mais postos de trabalho no nosso Concelho.

Quanto à declaração de voto do Sr. Vereador Nuno de Sousa é mais do mesmo ou seja não apresenta nada de novo.

Os argumentos que apresenta agora, são os mesmos que apresentou na proposta anterior e que até a sua própria bancada, reprovou votando em sentido contrário aos Senhores Vereadores do PP votando favoravelmente a proposta do Executivo.

O Ministério do Ambiente faz publicidade, dizendo que tudo pode ser reciclado, mas o Senhor Vereador já não tem reciclagem possível, nem a sua própria bancada o convence de que está errado e de que foi eleito para defender determinados princípios e não projectos pessoais de poder.

O que se passou na última Assembleia Municipal de Dezembro é bem demonstrativo do que digo. O grupo parlamentar do P. P. várias vezes votou em sentido contrário aos seus vereadores.

E só estou a dizer isto para alertar o novo vereador do PP que veio substituir o Dr. Hernâni, que como pessoa inteligente pediu a sua substituição ao verificar que a oposição votava com objectivos de interesses pessoais de poder e não pelo interesse em desenvolver o concelho de Mirandela. Muito obrigado.

**Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):**

## “Hospital” privado Terra Quente

Meus senhores, minhas senhoras

Antes de tudo, bom ano a todos os presentes e que 2008 seja cheio de sucessos pessoais e profissionais. Gostaria antes de mais, antes da intervenção do assunto que nos é proposto para deliberação, dar as boas vindas ao novo vereador da oposição, Jorge Lopes, economista de formação e quadro técnico das finanças. É uma aposta clara da nossa vereação na valorização da massa crítica e em continuidade com excelente trabalho que o Vereador Hernâni Rodrigues tem vindo a desempenhar.

A 26 de Abril de 2007 foi submetido a esta Assembleia para deliberação uma proposta que visava aprovação da participação da CMM numa parceria público-privada na área da saúde. Votamos a favor, após nos terem sido facultadas explicações adicionais que não tinham sido dadas aos nossos vereadores, os quais, justamente abstiveram-se por não lhes ter sido facultada informação suficiente e atempadamente para poderem ajuizar o mérito da proposta. Na altura ficou aprovada a participação da câmara no capital social de um futuro Hospital Terra Quente até ao valor do terreno, mais taxas de construção.

Na anterior reunião de Assembleia o assunto tinha resultado de uma adenda à agenda de trabalhos. E nós com boa fé, e para tornarmos o processo de decisão o mais célere possível, aceitamos e deliberamos favoravelmente, não obstante o Sr. Presidente se tenha antecipado numa conferência de imprensa, dias antes da reunião, e dado ao luxo de tomar a decisão favorável como um dado adquirido. Foi uma falta de consideração por esta assembleia, mas a culpa não foi do Sr. Presidente da Câmara, mas do Sr. Presidente da Assembleia que deveria ter tomado diligências no sentido de salvaguardar o papel deliberativo deste órgão.

Desta vez fomos convocados, apressadamente, para uma reunião extraordinária sem saber ao certo do que se trata o dito hospital e o que se pretende com a participação da Câmara. Não só há uma total falta de informação para um investimento de mais de 150.000€ como o método deixa a desejar por falta de transparência e rigor. O Sr. Presidente refere na sua proposta que primeiro se “ratifique” e que depois se “rectifique”. Isto é ofensivo do papel que este órgão desempenha no processo de decisão. O Sr. Presidente no fundo pretende que lhe passemos um cheque em branco. Não conte connosco. Por último, tomou a liberdade na reunião de câmara de fazer juízos de valor sobre a intenção de voto dos membros da oposição desta assembleia. Desta vez o Sr. Presidente foi longe demais! É certo que temos pouco poder, é certo que o Sr. pode aprovar a proposta sem o nosso consentimento, mas não nos tome por fáceis nem por garantidos.

A primeira pergunta que nos compete fazer ao Sr. Presidente é a de saber se esta proposta que nos submete para deliberação é uma nova proposta ou a anterior reformulada?

Como já foi aqui referido nesta assembleia, congratulamos iniciativas público-privadas na área da saúde como em qualquer área de investimento.

Aquilo que está em causa não é o investimento privado em si. Investimentos privados queremos muitos, bons, viáveis e duradouros. Mas nós não estamos aqui na qualidade de membros deste órgão deliberativo para apreciar as intenções dos privados. Nós não deliberamos investimentos privados. Nós fomos convocados, tal como indica a proposta do Sr. Presidente, para, cito: “Autorizar o Município de Mirandela a integrar, com a qualidade de accionistas, a sociedade comercial anónima “Hospital Terra Quente, SA” e, por essa razão, a segunda questão que coloco é a de saber se esta sociedade já existe ou não? A informação que nos foi enviada não clarifica esse ponto. Para que possamos deliberar sobre a participação da câmara no capital social de um investimento privado é fundamental que tenhamos uma cópia da inscrição da sociedade no Registo Nacional de Pessoas Colectivas. Esse registo é fundamental para que possamos aferir a designação, os objectivos, a missão, o capital da sociedade e a idoneidade e experiência dos sócios no ramo. Mais ainda, não nos é facultado qualquer estudo técnico e financeiro sobre o investimento (missão e risco associado ao investimento), pelo que nos perguntamos, com base em que informação é que o Sr. Presidente quer que esta Assembleia delibere sobre a sua proposta? Com base na sua palavra? A sua palavra não basta. Só a título de exemplo, na anterior proposta vinham anexos uma série de currículos de individualidades com experiência no sector e inclusive uma participação da Rede Nacional de Saúde Privada SA. Que é feito deste sócio? Não consta da actual proposta. Nesta, só temos como parceiros empresas construtoras de Gaia, imobiliárias e outras, e até mesmo um Engenheiro sem apelido! (pelo menos não consta na folha anexa. Estou certo que haverá muito Engenheiros “Manuel José” pelo país fora). Mais ainda, como é que o Sr. quer que acreditemos na sua palavra, quando ontem defendia a ferro e fogo que o dito investimento incluía a instalação de uma maternidade com

capacidade entre 1500 a 2000 partos anuais, e hoje a dita maternidade já não consta das valências da sua nova proposta. Enfim...

Estamos seguros, de que a posição do nosso grupo é favorável à realização do investimento, mas não através do método que nos propõe, isto é, sem método e à custa de cheques em branco. Este investimento é bem-vindo, mas queremos que os contornos da sua realização se façam com a maior transparência e utilidade para o universo dos munícipes. Por esse motivo gostaríamos que o Sr. Presidente se dignasse a responder às seguintes perguntas:

- Como se explica que, de sexta para sábado, a proposta tenha sofrido uma alteração para incluir a alínea f) que diz respeito nem mais nem menos ao terreno onde terá lugar o investimento?

- A quem se vende o terreno? (No nosso entender, já deveria haver um contrato de promessa de compra e venda para que os membros desta assembleia pudessem aferir quem são os outorgantes)

- Quanto vale o terreno? Isto é, qual é a avaliação feita pelas finanças?

- Quanto aos Estatutos persistem inúmeras dúvidas que poderiam ter sido evitadas se a proposta fosse acompanhada de um ou dois pareceres jurídicos que respondessem às questões colocadas pelos nossos vereadores e pelos membros desta assembleia. Parece-nos importante referir algumas das principais omissões:

- o Em primeiro lugar, o facto das valências que o Sr. Presidente menciona não estarem contempladas nos estatutos da Sociedade. Todos os serviços de saúde que estão mencionados no art. 3º dos Estatutos já são amplamente garantidas pelas várias clínicas existentes em Mirandela. O que nos preocupa é que se coloque uma alínea em aberto e que se peça a ratificação antes da rectificação: isto é um absurdo! Se a proposta não é clara quanto ao objecto social da sociedade, o que é que viemos aqui fazer?

- o Em segundo lugar, a participação da Câmara no Conselho de Administração não é uma garantia, ao contrário do que o Sr. Presidente tentou passar para a comunicação social. O assento da Câmara no conselho de administração fica sujeita a uma designação e aprovação por 2/3 da assembleia de sócios.

- o Mas o problema do assento no Conselho de Administração é um mal menor. Não fica claro no estatuto o método de gestão do dito Hospital. Certamente, não será o conselho de administração. O conselho de administração é apenas um órgão de decisão que define uma estratégia, uma política e toma decisões; não é feito para gerir o dia-a-dia do Hospital. Nem nenhum dos sócios desta proposta parece ter experiência neste ramo, nem sequer o Sr. Presidente;

- o Também não fica claro o Art. 3º ponto 2 do Estatuto da sociedade, relativamente à capacidade da Sociedade de "adquirir, onerar e alienar participações em quaisquer outras sociedades comerciais de responsabilidade limitada, ainda que de objecto diferente do seu". Deveria ficar estipulado nos estatutos a limitação de participação da câmara, porque nós só estamos a ser consultados – enquanto membros desta Assembleia - para votar a proposta de participação da câmara no projecto enquanto hospital e com as valências que o Sr. Presidente propõe (mas que de facto não estão espelhadas nos estatutos). Os actuais estatutos permitem que, amanhã, se a administração decidir fazer um investimento no sector do jogo, da construção civil, ou de qualquer que seja de âmbito diferente ou de objecto diferente, poderá fazê-lo mesmo que essa decisão vá além daquilo que foi o mandato explícito de participação da câmara no investimento deliberado por esta assembleia.

- Por último, gostaria de lhe colocar o cenário de não realização do investimento. Não seria a primeira vez. Basta que nos recordemos da fábrica que era para ser e depois acabou por não ser, tendo tudo ficado resumido a uma negociata de terrenos. Cenário "não investimento": o que acontece? A câmara deveria vender o terreno à Sociedade mas a Sociedade ainda não existe; vende então o terreno a um terceiro? Quem é esse terceiro? Desconhecemos. A venda do terreno vincula o novo proprietário à realização do investimento. Só que esses vínculos como bem sabemos no tempo, podem desfazer-se ou ser eventualmente alterado. Nada mais fácil e até bastante comum a nível autárquico. Como ficamos? A câmara arrecada 450.000€ e o terreno fica vendido a um terceiro (?) que não se sabe quem é (?) e que, posteriormente, poderá fazer uso frutuoso deste pois a deliberação caducará ou será alterada para o efeito. Entretanto o terreno terá outro valor e outro uso e permitam-me que faça o reparo, dá-se um enriquecimento fácil à custa de património público. Isto para mim é desgoverno e em duas palavras, é possível que este esforço até se venha a traduzir, quiçá, em futuros financiamentos de campanha.

Para concluir, lançamos novamente o repto à Câmara Municipal para que faça um esforço semelhante no sector público (mesmo através de parcerias com privados), para que a sua intervenção no sector da saúde não se traduza apenas no aumento da concorrência ao hospital



distrital de Mirandela e acabe por minar ainda mais a sua viabilidade a longo prazo e concorrência também às clínicas privadas já existentes. De lembrar que o investimento aqui discutido se trata de um investimento privado e como tal visa o lucro. Nós defendemos uma concepção de serviços públicos assente na escolha. A escolha significa que os cidadãos escolherão dentro das suas possibilidades um serviço privado ou um serviço público. Mas porque sabemos que o conceito de escolha pode tornar-se num beco sem saída para aqueles que estruturalmente não têm, nem nunca tiveram essa possibilidade de escolha, alertamos os presentes para o nosso dever de garantir, de melhorar e de investir, solidariamente, no serviço nacional de saúde. Penso que se de facto há dinheiro para parcerias com privados no privado e que são de louvar, atenção porque também pode haver parcerias com privados no público deverá também ser possível avançar com algum investimento para a manutenção de certas valências no hospital distrital de Mirandela, como por exemplo, pediatria.

E com isto encerro a minha intervenção, peço desculpa pelas pausas, mas de facto distraí-me um pouco com a conversa que estava a ver aqui da bancada da frente, peço desculpa.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Antes de dar a palavra ao Sr. Eng.º Baltazar, o Presidente da Mesa quer dizer ao Sr. Deputado Sousa que lhe enjeita totalmente essa espécie de sentença, em relação à culpa que me atribuiu.

Quero lembrar-lhe ao Sr. Deputado Sousa em particular, que o Presidente da Mesa procura cumprir o melhor que pode e o melhor que sabe, de acordo com as regras que estão instituídas, que foram aprovadas pelos Srs. deputados ou por quem os representasse e que são as regras que estão em jogo. As faltas quando são reconhecidas, são assumidas. Não é o caso Sr. Deputado.

Portanto o Sr. Deputado (no meu ver) exorbitou das suas competências e as exorbitâncias neste plano, neste espaço, são francamente dispensáveis. Tem a palavra Sr. Deputado Baltazar.

**Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):**

Sr. Presidente da Mesa, Mesa da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Vereação, Srs. Deputados, Minhas Senhoras, Meus Senhores.

Foi convocada esta Assembleia para aprovar a participação no capital social do Hospital Terra Quente S.A.. Eu repito, foi convocada esta Assembleia para aprovar a participação no capital, por parte da Câmara Municipal, do Hospital Terra Quente S.A., tão somente isto, não tem nada a ver com o projecto em si. Eu faço esta clarificação como ponto prévio, para que não se confunda a oportunidade, o apoio a um projecto privado, com o apoio à participação no capital social.

Clarificando esta questão de que o objecto desta Assembleia é pronunciar-se única e exclusivamente sobre a participação no capital social, eu daria início à minha intervenção e ela começaria até por ler a transcrição da acta de 26 de Abril de 2007 e diz assim:

“Em primeiro lugar eu pensava, uma vez que já decorreram alguns meses sobre o Hospital privado Terra Quente S.A., que algumas dúvidas já estivessem tiradas, que não existissem sequer já neste momento e vou passar a repetir para que ninguém passe mensagens erradas e depois digam que interpretam mal, porque faltam conhecimentos, as pessoas abstêm-se ou são contra, porque se soubessem a realidade até eram a favor.

Primeiro para dizer que ninguém oferece nada aqui da Câmara ao hospital privado, ao grupo de saúde privado, repito, ao grupo de saúde privado, que se chama “Grupo de Saúde Privado do Norte, S.A.”, é o grupo que vai construir o hospital privado. Grupo de Saúde Privado do Norte S. A., é o grupo que vai constituir o hospital privado.”

Depois mais à frente, “um investimento que já atraiu sete, repito, sete empresários locais”

Porque é que eu trouxe à colação este extracto do início da acta? É que muita coisa se passou entretanto e muita água passou debaixo da ponte e nós que tomámos uma posição na última Assembleia de aprovação da participação no capital social e repito, participação no capital social por parte da Câmara, hoje se calhar andamos à procura donde está o Hospital Terra Quente S. A.. Porque o grande problema é que dá ideia que da mesma maneira que aqui e já nesta Assembleia uma clínica de hemodiálise virou hospital, repito, aqui e já uma clínica de hemodiálise virou hospital, entretanto o Hospital Terra Quente S. A. virou Centro Comercial de Saúde. E o que ali se está a propor e o que eu vou tentar demonstrar durante a minha intervenção, não é um hospital, não é um hospital, repito, é um Centro Comercial de Saúde, é uma organização, uma racionalização, se quiserem da oferta de serviços de saúde e de toda a fileira da saúde. É isto que está aqui em cima da mesa. E a verdade é que se nós éramos favoráveis à detenção por parte da Câmara de 10% do hospital privado, não vemos interesse nenhum na detenção dos 10% dum centro comercial de saúde. Esta é a questão que nós colocamos e que tem a ver com a alteração desde 26 de Abril até agora de Hospital Terra Quente, para Centro Comercial da Saúde.

Na proposta que nos apresentaram, diz o seguinte: diz que o capital social será de 1.500.000,00 Euros. Alguns elementos disponíveis e que está lá na placa, dizem que o investimento é de 17 milhões de Euros e que neste momento que será constituída em 50%, realizada em 50%, que são 750.000 mil Euros. Se nós fizermos (e não quero fazer uma análise profunda disto) mas uma análise elementar, que todos aqueles que têm negócios, que já fizeram investimentos, sabem, isto representa 750.000 Euros, representa 4,41% do valor do investimento. Qualquer pessoa sabe que um valor inferior a 30%, não passa, ou seja, ou é um negócio maravilhoso, isto é, um negócio de elevada rentabilidade e que permite com a tesouraria suportar esta situação, ou isto é brincadeira.

Querer suportar um investimento de 17 milhões de Euros com uma realização de capital de 475.000 Euros, é brincadeira, porque representa 4,41% do valor do investimento. Qualquer aprendiz, qualquer aluno de primeiro ano de gestão, diz, isto não me parece. Qualquer júnior de gestão diz, hum ... torce o nariz, e qualquer sénior de gestão diz, é um disparate.

E depois há aqui coisas extremamente confusas nesta questão e que eu gostava de perguntar ao Sr. Presidente.

E, termos de cronograma diz-se que a totalidade do capital será realizada no prazo máximo de 18 meses. Ora 18 meses, quer dizer que o capital só será realizado em Agosto de 2009, ou poderá ser realizado em Agosto de 2009. Nessa altura perfaz o valor do capital ou dos capitais permanentes, digamos assim, 8,82%, que continua a ser mirífico, não tem ponta por onde se lhe pegue. E isto ainda por cima colide com o cronograma que lá está e que pelos vistos verificamos que já deslizou, porque fala-nos aqui no último trimestre de 2009, quando na placa está Junho de 2009. Eu pergunto se a conclusão está para Junho de 2009 ou se está para o último trimestre de 2009. O que consta na placa, o que consta na Agenda é Junho de 2009, agora falaram-nos em último trimestre de 2009.

Por outro lado nesta proposta, também, queria-me pronunciar sobre a questão dos sócios e obviamente isto não bate a bota com a perdigota, ou a cara com a careta, o capital que perfaria 8%, seria só depois do projecto concluído.

Sobre os sócios: na primeira proposta e na proposta de 26 de Abril, diziam-nos que seria o Grupo de Saúde do Norte S. A., agora dizem-nos que é Eng.º Manuel José, Sociedade de Construções Maia & Maia, – este nome é-nos familiar – Edissanos, Edigaia, Valorcomp, Instituto Piaget, Santa Casa da Misericórdia – e aqui teria algumas questões a colocar também ao Sr. Presidente, sobre a Santa Casa da Misericórdia - e Município de Mirandela.

Eu tentei fazer uma pesquisa e tentei preparar-me para esta Assembleia, fiz uma pesquisa no Google e só encontrei alguma coisa sobre Edigaia, que diz assim no seu site: "tem um lema desde que se conhece, a habitação de qualidade." É o que está no sítio da Edigaia. Andei à procura das outras e o grupo Mais & Maia, só o encontrei nas páginas amarelas e que diz "empreiteiros" e todo o resto não diz mais nada, ou seja: know-how sobre a saúde e hoje é pacífico entre as pessoas que se ocupam da gestão, que uma das razões do sucesso da gestão tem a ver com o know-how. Know-how sobre a saúde eu não vejo aqui vertido no conserto dos sócios. E direi mais até. Também e hoje – e o professor Sousa sabe disso – uma das questões que mais se discute é a função social das empresas. E estes sócios que aqui estão, estes ilustres que aqui estão, tenham tido uma vida e conduzam as suas empresas e os seus negócios, privilegiando a função social das empresas e eu veja zero e então digo assim, então há aqui qualquer coisa. Um Hospital Terra Quente que deixa de ser, com este grupo de sócios, com estes cronogramas que não funcionam uns com os outros, em termos de gestão, com esta forma de alavancar o negócio, há aqui alguma coisa que não funciona e não funciona de todo.

Ainda queria aqui perguntar sobre os sócios, é uma pergunta que eu deixo ao Sr. Presidente da Câmara, que na reunião com a Mesa da Santa Casa da Misericórdia, já que a Santa Casa por si, poderá alavancar uma quantidade de protocolos de projectos, confrontado com isso disse-nos que os outros investidores estariam na disposição de realizar o capital da Santa Casa. Como aqui isso não está, pedida essa autorização para no proporcional da Câmara poder realizar o capital que compete à Santa Casa, gostava de saber, se isso ainda se mantém.

Na outra questão, na alínea d) sobre objecto do negócio. Aqui há questões curiosas e a primeira delas é esta: então a maternidade que provocou tanta movimentação, que é a menina dos olhos do nosso Presidente e agora deixam-na cair nestes estatutos? Então a maternidade que em 26 de Abril era a primeira valência, vinha logo à cabeça das valências, maternidade atendimento permanente, agora cai nos estatutos. Porque nos estatutos quando se fala de objecto, fala-se dum tronco comum que desde o princípio existiu. E esse tronco comum é o seguinte: tratamento oncológico em todas as suas vertentes. Eu acho que isto é mesmo uma panaceia, falar em tratamento oncológico, é mesmo para deitar um pouco de neveiro. Depois fala-se em enfermagem, isto é o que estava nos estatutos, fala-se em serviços médico-cirúrgicos, fala-se em fisioterapia, fala-se em diagnóstico e tratamento médico, fala-se em internamento hospital e fala-se em residência

medicada. Isto é o que está nos estatutos, isto era o tronco comum de 26 de Abril e isto é também uma das partes que está no projecto agora em cima da mesa.

Eu gostaria de dizer que todas estas valências, tratamento oncológico em todas as suas vertentes, existem no hospital nesta altura. Todas estas valências. E porque é que eu afirmo isto e porque é que eu trago isto à coacção? Por uma razão muito simples. Eu sou defensor, nós somos defensores das parcerias público-privadas e essas parcerias público-privadas aplicam-se quando? Aplicam-se quando o objecto não cria rentabilidade que seduza os privados enquanto privados e então o público, a autarquia, porque entende que isso é importante para o seu concelho para a sua população, alavanca esse negócio, não me parece que aqui venha nada de novo. Por outro lado e agora também na proposta que aqui temos na nossa frente, diz assim: exercício da actividade de segurança, higiene e saúde no trabalho, laboratório de análises clínicas e anatomopatologia, farmácia hospitalar, ópticas, oftalmologia, cirurgia estética e formação profissional de qualquer nível.

Então é hospital ou não é hospital? Então é hospital ou é centro comercial da saúde? É que com estas valências que aqui estão "exercício da actividade de segurança, higiene e saúde no trabalho, laboratório de análises clínicas e anatomopatologia, farmácia hospitalar, ópticas, oftalmologia, cirurgia estética e formação profissional de qualquer espécie", eu, ou ando muito distraído ou então isto não me parece que tenha nada a ver com hospital. Daí que tudo isto configure o centro comercial de saúde e então o Hospital Terra Quente S. A. vira em centro comercial de saúde e mais uma vez vemos trazidos para a nossa terra, uma política de betão, construção civil, construção civil, a todo o preço. E eu que sou claramente favorável, era claramente favorável em relação ao hospital, a um hospital privado, tenho muitas reservas em relação a uma política de betão, pura e dura e aliás devo dizer que o Prof. Sousa colocou muito bem a questão. O que é que vamos fazer daquilo, se não sair dali, nem um arremedo dum hospital.

Depois do que disse, parece-me ter ficado claro de que não é mais hospital. Não sendo mais hospital, sendo um centro comercial de saúde, há todas as condições, justifica-se que o Partido Socialista altere a sua votação. E vai alterar a sua votação para a abstenção, por uma simples razão, porque não queremos contribuir com uma votação contra, para alimentar a campanha eleitoral do Sr. Presidente. Para isso nós não damos.

**Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):**

Bom dia a todos, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores e Vereadoras e aqui um aceno de simpatia para o novo vereador da Câmara que foi eleito pelo CDS/PP, Sr. Presidente da Assembleia e Srs. Secretários, Srs. Membros da Assembleia, órgãos de informação aqui presentes, respeitável público.

As razões que estão na base desta sessão extraordinária da Assembleia Municipal, prendem-se com a proposta da Câmara que se juntou à convocatória e com o título "Hospital Terra Quente S. A."

À primeira vista é uma proposta de grande interesse para o concelho, penso que estamos todos de acordo e saudaríamos a iniciativa não fora o caso de a Câmara nos enviar um presente envenenado ou uma batata quente, como já o fez na Câmara aos vereadores da oposição.

Com efeito, este é mais um daqueles casos em que a maioria é fértil em apresentar à oposição e à pressa e a pressa com que se pretende apreciar e votar deixa pelo caminho todos os fundamentos e sobretudo esta proposta com tantas implicações.

E das duas uma, ou a Câmara não sabe fazer melhor, o que se lamenta ou pretende passar uma certidão de ignorância à oposição, quer na Câmara, quer nesta Assembleia.

É claro que a Câmara, salvaguardadas as proporções e distâncias, comporta-se aqui, como a maioria se comporta na Assembleia da República. Discute-se, mas a maioria dita as regras, mal ou bem, não importa.

Entendia que o PSD na Autarquia de Mirandela, tivesse daqui tirado um outro resultado, mas não, tem sido este o seu comportamento.

Voltando à vaca fria, não entendemos ainda a ligeireza e a urgência que a Câmara tem em apresentar à Assembleia Municipal, uma trapalhada dum proposta e de um pacto social que tudo omite, tudo esconde, ou seja, em vez de apresentar, como faz nos projectos que aprova, o projecto com alçados, cortes, memória descritiva e outras peças, limita-se a apresentar um esquisso sem qualquer dignidade dum projecto sério, ou seja, começa-se a casa pelo telhado.

E não se venha dizer depois, como é hábito do Sr. que o CDS/PP está contra este processo. O CDS/PP, Sr. Presidente, tem na Câmara vereadores altamente competentes, que sabem apreciar as propostas que lhe são apresentadas. O mesmo se verifica na Assembleia Municipal, onde alguns dos seus membros não recebem lições destas matérias.



O que uns e outros querem dizer à Câmara é que não aprovam projectos em cima do joelho e não passam cheque em branco à Câmara para fazer a sua política, contra a qual às vezes estão em desacordo. Como muito bem se compreenderá, não estamos aqui para dar um aval à demagogia da Câmara, em muitas das suas actividades e iniciativas. Um projecto desta envergadura tem que ser devidamente apresentado.

Com efeito, deveria ter sido apresentado um estudo económico que abrangesse todos os aspectos que se relacionam com o dito projecto, englobando os diversos estudos feitos e outros assuntos de interesse geral, para os vereadores da oposição e os membros da Assembleia poderem apreciar e votar, mas nada disto existe. Existe apenas uma proposta da Câmara e contrato paradigma da constituição de qualquer sociedade, nos termos do código das sociedades comerciais.

Como se trata de uma pessoa colectiva, queria saber qual é o seu número de pessoa colectiva, que lhe foi dado pelo registo nacional de pessoas colectivas. Para isto é necessário apresentar ao registo nacional de pessoas colectivas o pedido de inscrição, mas nada disto foi feito ainda. E se dúvidas houvesse, basta ler o art.º 3.º do pacto, para se ficar a saber que nada daquele teor é definitivo. No n.º 1, depois da expressão “medicalizada”, tem a referência “a completar.”

Por aqui se vê que o objecto da sociedade não passa ainda de um projecto no papel. Mas há mais, este objecto é bem diferente do que consta na proposta da Câmara. É caso para perguntar? Qual é afinal o objecto da sociedade? Do dito objecto não consta também a tal maternidade que o Sr. Presidente da Câmara referiu e que ficaria preparada para fazer mais de 1.500 partos por ano.

Outra trapalhada é o que se refere ao terreno. E a primeira dúvida que nos aparece, prende-se com a forma como foi feita a sua avaliação. Que critérios foram seguidos e quais as empresas envolvidas na sua avaliação? Nós patrocinamos como advogados de situações desta natureza, queremos a tinta preta ou doutra cor no branco, ou seja, queremos um contrato promessa de compra e venda ou eventualmente uma escritura, para saber quem são os intervenientes.

Outro aspecto que se relaciona com este projecto, prende-se com muitos serviços que já existem nesta cidade e que são serviços similares. Qual o impacto que esta obra tem a nível dos concelhos limítrofes? Qual a previsão dos resultados para a participação para a autarquia, neste envolvimento, onde se vai fazer uma aplicação de muitos milhares de Euros? E não se venha dizer que o Sr. Presidente da Câmara será um dos principais, se não o principal responsável, porque não acreditamos. Ou será que se esquece que a Câmara seria um dos accionistas e teria que se sujeitar às votações da maioria. Se a Câmara está tão interessada neste tipo de actividade, porque não pensa na participação no investimento público? Em face do exposto e no que é referido nos pontos 1 a 5 da proposta da Câmara, o grupo do CDS/PP, não dará o seu aval a esta trapalhada deste projecto, que nada de concreto nos diz e não passa de um processo de intenções.

Não pode o grupo do CDS/PP, dar um cheque em branco ao Sr. Presidente da Câmara para ser seu representante na constituição do Hospital Terra Quente, enquanto não lhe for apresentado um projecto com estudo económico, devidamente fundamentado e justificado. E desafiamos o Sr. Presidente da Câmara para vir dizer ao público que o CDS/PP não está contra o projecto da constituição e do hospital, mas está contra a forma aligeirada, simplista, sem fundamentação, resultados e outros aspectos, que devem revestir este tipo de investimento, porque nada disto está inserido nesta atabalhoada proposta. É caso para chamar a velha expressão de William Shakespeare, cheira a podre não no reino da Dinamarca, mas sim na Câmara de Mirandela.

**Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):**

Bom dia a todos, um bom ano a todos e naturalmente as maiores felicidades para o novo vereador do CDS/PP, Dr. Jorge Lopes.

Eu vou falar de improviso porque francamente não estava a pensar intervir. Fui tirando alguns apontamentos à medida que as pessoas falaram e devo confessar que estou estupefacta, se não mesmo indignada.

Em 26 de Abril de 2007, uma Assembleia Municipal onde eu não estive presente por motivos de doença, os Senhores de todos os partidos, com excepção e honra lhe seja feita ao Sr. David Garrido, que representa a CDU, os Srs. aprovaram a participação do Município na Sociedade Anónima Hospital Terra Quente S. A.. Foi aprovada por uma ampla maioria, com 59 votos a favor, 1 abstenção e 1 voto contra. E os senhores vêm hoje – os senhores da oposição – vêm hoje fazer tábua rasa dessa mesma deliberação, tentando agora voltar a discutir aquilo que os senhores deviam ter discutido e entenderam não discutir, ou pelo menos ficaram convencidos do mérito da deliberação, aprovando essa mesma participação.

Meus Srs. o que hoje estamos aqui a fazer, não é naturalmente a discutir a participação do Município, porque Vª.Ex.ªs. (eu não estava cá) mas Vª.Ex.ªs. deliberaram aprovar essa participação, não estamos a discutir os estatutos, o que estamos a fazer é a outorgar, por razões notariais, a

outorgar o mandato que o Sr. Presidente da Câmara tem para executar aquilo que foi a vossa deliberação. Os Srs. disseram, nós queremos que a Câmara participe no Hospital Terra Quente S. A.. Entretanto, no desenrolar do processo e porventura porque a Câmara até não pôs o mandato logo nessa deliberação, que podia – e já agora Sr. Presidente da Câmara, devia ter feito – já hoje nem existia a necessidade desta deliberação, Se na altura estivesse logo “e os poderes para representar na escritura pública, para vender, etc., hoje não estaríamos aqui e portanto eu acho que há aqui um grande equívoco, porque vejam: se por hipótese a maioria aderisse à argumentação da oposição, o que aconteceria era que o Sr. Presidente da Câmara não estaria em condições de outorgar a escritura necessária para cumprir aquilo que os Srs. ordenaram. Foram os Srs., nomeadamente os da oposição que disseram que a Câmara devia participar no capital social da Sociedade Anónima do Hospital Terra Quente S. A..

E, portanto, quando se fala na dignificação da Assembleia Municipal é preciso também pensar nestas coisas.

Depois dizer que – eu compreendo a posição do CDS – eu compreendo porque realmente da última vez votaram a favor – nas várias Assembleias desde 26 de Abril, até hoje, têm votado de forma diferente da dos vereadores do CDS e portanto entenderam agora ser solidários com a posição da vereação. Na verdade, com tantos cartões amarelos que os Srs. têm dado à vereação do CDS, este último hoje, se o voto fosse diferente daquele que foi proferido pelos vereadores do CDS, naturalmente que com tantos amarelos, significaria que finalmente era exibido o cartão vermelho. E portanto eu compreendo que por razões de pura solidariedade e porque tem havido tantas substituições na vereação do CDS, que qualquer dia se esgotou a lista dos efectivos e também dos suplentes, eu compreendo que V. Ex.<sup>as</sup>. não tenham querido exhibir esse cartão.

Agora Sr. Deputado Luís Sousa, o que nós não podemos fazer é misturar aqui as coisas. Eu devo-lhe dizer que compreendo que o Sr. não tenha formação jurídica e por isso tenha proferido verdadeiras atrocidades e monstruosidades aqui nesta Assembleia Municipal. V. Ex.<sup>a</sup>: veio aqui dizer que queria ver o registo. Bem, se não foi feita ainda a escritura pública da constituição da sociedade, é um tanto ó quanto difícil V. Ex.<sup>a</sup> ver o registo. Como sabe, primeiro tem que ser outorgada a escritura de constituição da sociedade e foi para isso que nós fomos chamados, exactamente para mandar o Sr. Presidente da Câmara para outorgar essa escritura e só depois disso é que será feito o registo na respectiva Conservatória e só aí é que V. Ex.<sup>a</sup> poderá ter acesso ao registo.

Veio também V. Ex.<sup>a</sup>., porque não falou em conservatória, também não quero jogar aqui com as palavras, V. Ex.<sup>a</sup> falou no registo nacional de pessoas colectivas, de resto o Dr. Maximino também falou no registo nacional de pessoas colectivas. No registo nacional de pessoas colectivas também não se inscrevem os sócios, no registo nacional de pessoas colectivas é pedido o certificado de admissibilidade da firma ou da denominação, o que significa que uma sociedade para ter um nome, tem que pedir esse certificado, para se saber que efectivamente não existem outras sociedades com o mesmo nome, podendo haver confusão quanto a esses mesmos nomes.

Depois para dizer também que a única coisa, para além dos nomes, que consta no registo nacional de pessoas colectivas, pode ser requerido por qualquer sócio ou accionista, é objecto social exactamente, porque os nomes até podem ser parecidos, mas terem objectos sociais totalmente distintos e portanto também aqui V. Ex.<sup>a</sup> juntou alhos com bugalhos. Julga que há falta de transparência porque não é exibido o registo, quando na verdade esse registo não pode existir.

Depois de, enfim se insurgir contra os nossos comentários, permita-me que também me insurja contra os seus.

Mas depois, dizia eu, vem-se aqui discutir os estatutos duma sociedade. E os estatutos duma sociedade jamais poderão ser discutidos aqui nesta Assembleia Municipal, porque como sabem, os estatutos são aprovados e são depois possivelmente alterados, se for caso disso, numa Assembleia Geral e a Câmara tem 10% e seguramente não é a Câmara que pode à partida sozinha com o seu capital social, aprovar ou alterar qualquer estatuto. É certo e a honra lhe seja feita, e eu li a acta embora não esteja presente, que foi sugerido na altura, na reunião de 26 de Abril, que fossem blindados os estatutos e se essa blindagem existisse, embora seja algo paradigmático e portanto ilusório, é muito difícil, hoje em dia não há capital privado que queira a blindagem de quaisquer estatutos, nessa altura é que podia ter alguma influência.

Depois para dizer também que não entendo o que foi aqui dito pelo Dr. Luís Sousa em relação a esta pergunta: Qual é a avaliação feita pelas Finanças? Eu não sei, nós temos aqui o Dr. Jorge Lopes e será uma entidade até muito mais fidedigna do que eu, mas parece-me a mim que as Finanças não têm, não podem sequer fazer nenhuma avaliação antecipada desse terreno. As Finanças são chamadas a fazer uma avaliação para efeitos de IMI ou de IMT, ou seja, pode haver uma correcção oficiosa do IMT, alguém que declara que vendeu por um determinado preço corresponde à verdade e então as Finanças, finda a avaliação que fazem para efeitos de IMI, fazem

uma correcção oficiosa do IMT pago e portanto também aqui V. EXª devia ter tido honestidade intelectual de dizer que afinal as avaliações são feitas por um ROC e esse ROC e os ROCs que estão inscritos na Câmara própria, naturalmente são as entidades acreditadas para fazerem este tipo de avaliações.

Depois para manifestar a minha estupefacção sobre o seguinte: como é que é possível que aqui venha alguém dizer assim: “por razões de transparência, a Câmara devia em relação ao terreno, exhibir o contrato de compra e venda ou uma escritura para nós sabermos quais são os intervenientes.

Meus Srs.! ... uma escritura de compra e venda ... então, Sr. Deputado Municipal, Dr. Maximino não viu que aquilo que vai fazer hoje é exactamente dar mandato ao Sr. Presidente da Câmara para outorgar a escritura de compra e venda? Então o Sr. queria já a escritura aqui quando ainda não passou procuração ao Presidente da Câmara para fazer essa mesma escritura? Valha-me Deus! ..

É assim. Sr. Presidente da Câmara eu devo-lhe dizer que V.Exª tem aqui uma oposição muito sui generis. Uma oposição que se permitiu o luxo de em 26 de Abril de 2007 lhe passar, isso sim, um cheque em branco porque nessa data vocês sabiam muito menos daquilo que hoje sabem. Não sabiam quem eram os accionistas, não sabiam concretamente o objecto social, não vos foi apresentado qualquer projecto de estatutos e aprovaram a deliberação e agora que têm esse conhecimento, hoje que têm mais informação, dizem que não querem ... não é assim e, portanto, eu acho estranho quando vêm agora dizer, nós votamos contra porque não queremos passar um cheque em branco, eu digo ... o cheque em branco, caros amigos ... foi passado em 26 de Abril de 2007. E, portanto, se alguém fez, se alguém deu o aval sem saber o que fazia, foram Vª. Exªs.. A maioria que aprovou estava informada, votou de forma consciente. Os senhores parece que não fizeram o mesmo.

Por último, só dizer uma coisa em relação a qualquer coisa que foi dito aqui.

A bancada do CDS, e particularmente o Dr. Luís Sousa, tem feito aqui um discurso de apelo ao debate democrático, ao respeito recíproco entre a bancada da maioria e as bancadas da oposição, tem feito apelo a um discurso e as relações que se caracterizem pela probidade e pela urbanidade e Vª.Exª, é quase como os padres, faz aquilo que eu digo e não aquilo que eu faço, ou seja Vª. Exª. permite-se em nome de uma oposição e em nome duma democracia que pretende só para si e não para os outros, vem aqui fazer naturalmente insinuações torpes, injuriosas e com carácter que podem revestir o crime de difamação, porque, senhor deputado, quando se imputa um facto a um executivo, nomeadamente que este investimento pode estar ligado ao financiamento duma campanha, quando se imputa um facto calunioso a alguém, isso é crime de difamação, seja feito por difamação ou seja feito por suspeita, ou seja, é certo que o senhor não diz que há, pode haver, mas o pode haver é uma suspeita ignóbil que é lançada sobre alguém e eu desafio aqui o senhor Deputado se tem conhecimento que efectivamente há alguma associação entre este investimento e qualquer campanha eleitoral, que venha aqui desmascarar e eu serei a primeira a levar ou a ser porta-voz das suas preocupações no Ministério Público e se não tem esse conhecimento que venha aqui com humildade reconhecer que se excedeu e que em democracia também a oposição, para além de ter direitos – e tem muitos direitos e ainda bem que tem direitos - mas também tem naturalmente deveres. Muito obrigada.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Sr. Deputado Sousa, faz favor de usar a palavra, neste sentido da discussão do ponto em que estamos aqui a apreciar.

Eu chamo a atenção da Assembleia para discutirmos objectivamente a proposta que estamos aqui a apreciar e não estarmos agora a fazer coisas lateralizadas.

**Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):**

Aquilo que foi aqui referido, Sr.ª Deputada, foi um cenário relativamente a não uma concretização do investimento, nem houve suspeita, nem houve imputação de um facto.

São dois pontos e a Sr.ª só falou no segundo, “delegar e autorizar o Presidente da Câmara Municipal de Mirandela” e agora nós temos aqui outro ponto também anterior, que diz “autorizar o Município de Mirandela a integrar com a qualidade de accionista”. Se isto já tivesse ficado decidido na anterior, como de facto diz e essa foi a primeira pergunta que eu coloquei ao Sr. Presidente, foi se era uma proposta diferente ou se era a anterior reformulada. Foi a primeira pergunta que coloquei e portanto todas as outras questões legais que vêm a seguir, derivam da leitura desse primeiro ponto.

**Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):**

Um pequeno apontamento para responder aqui à minha distinta colega e Deputada, Dr.ª Elina Fraga.

Só a trapalhada deste processo, como eu disse, é que levou a esta situação, porque este processo à partida deveria ter sido apresentado com todo o cuidado e nada disto teria acontecido.

Agora perante este quadro, naturalmente que mudaram as situações e nós temos que rever a nossa posição. Isto mudar é absolutamente natural. O que nós não podemos é dar uma carta em branco de acordo com a proposta que agora nos é apresentada, à Câmara.

Por outro lado quero-lhe dizer, nós vamo-nos encontrar amanhã aqui no Tribunal, que possivelmente sabe do que é que estou na falar, esta situação de estar aqui a lançar uma suspeita a um Deputado do CDS, é extraordinariamente desagradável, porque então, os Deputados na Assembleia da República não tinham liberdade de expressão.

Parece-me que em Mirandela haverá aqui se calhar colegas que entendem que coisas destas que são objecto de procedimento criminal. Não é tanto assim, porque se não as pessoas ficam coarctadas da sua liberdade de expressão. Não há aqui intenção em atingir ninguém, este é o objectivo, porque senão então nós não podemos referir-nos a ninguém. Pena é para evitar isto que a Câmara não tivesse apresentado o projecto devidamente estruturado para evitar estes problemas.

**Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):**

Eu venho só aqui em defesa da honra quase dos advogados de Mirandela. É certo senhor Deputado Municipal Maximino, que eu sou uma modesta advogada na comarca de Mirandela e V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> é naturalmente advogado com escritório na capital deste grandioso país, que é Lisboa. Mas devo-lhe dizer senhor Deputado que não é por isso que temos códigos penais diferentes. O Código Penal de Mirandela – parece-me, porque este Ministro da Justiça também passa a vida a alterar as coisas – mas parece-me que a última vez que o vi, que foi ontem, é o mesmo em Mirandela e em Lisboa. E devo-lhe dizer Sr. Deputado Municipal, que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, provavelmente por distração, porque eu não tenho dúvida alguma sobre a sua competência técnica, provavelmente por distração, disse aqui uma coisa que não corresponde, nem à letra, nem ao espírito da lei, quanto ao tipo legal de crime de difamação e eu venho até ter esta intervenção mais a nível pedagógico, porque V.Ex.<sup>a</sup> diz assim: "nunca podia ser difamação, porque não era intenção do Sr. Deputado, ofender", pois bem Sr. Deputado Municipal Maximino, como sabe, no crime de difamação não é necessário ter a intenção de ofender, não é necessário aquilo que V. Ex.<sup>a</sup> sabe que a doutrina chama de animus offendendi, é necessário apenas que objectivamente a afirmação seja susceptível de ser ofensiva. Tenho aqui uma colega, também a Dr.<sup>a</sup> Isabel, que naturalmente, penso eu, que poderá acreditar aquilo que eu estou a dizer e portanto Sr. Deputado Maximino, basta lançar uma suspeita como o Sr. Deputado Municipal Luís Sousa fez e basta que essa suspeita seja objectivamente difamatória, para podermos estar perante a pratica de um crime de difamação, ainda que e acredito nisso, o Dr. Luís Sousa não tivesse a intenção de ofender. Muito obrigada.

**Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):**

Só para dar indicação do seguinte: o cenário era da não realização de investimento e era um cenário, menos que a Sr.<sup>a</sup> dê por garantido que o investimento não se vai realizar, toda a construção do cenário não faz sentido. Esse é o primeiro ponto.

Em segundo, devo dizer o seguinte: eu gostei imenso de facto da lição que me deu relativamente ao crime de calúnia, difamação, etc. Como deve imaginar, talvez não saiba, mas penso que já até terei informado a Assembleia deste facto, a matéria que eu desenvolvi para a minha tese de doutoramento é precisamente sobre corrupção.

Casos como este, casos semelhantes ao cenário que lhe propus, não estamos aqui a imputar factos, não estamos aqui a levantar suspeitas, cenários semelhantes deste tipo, em Espanha, em Itália, em França, em tantos outros sítios e estou actualmente a desenvolver um projecto com o DIAP, onde apreciamos todos os processos de corrupção que deram entrada nos tribunais do país e digo-lhe que há situações e cenários semelhantes, só tenho isto a dizer.

Para que de facto não se volte a tocar neste assunto, eu quero pedir desculpa a esta Assembleia e dizer: excedi-me, excedi-me e espero não ficarmos aqui a discutir o sexo dos anjos porque isto não interessa a ninguém.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Ó Sr. Deputado Sousa, eu julgo que esta Assembleia, aqui na pessoa do Presidente da Mesa, recebe esta sua explicação, na sua verdadeira dimensão e até julgo que todos a entenderemos como um sinal de óptimo funcionamento e de um bom encaminhamento desta Assembleia.

Eu julgo que este debate está a decorrer com grande elevação e participação e julgo que todos estamos a prestar um bom serviço à terra. Claro que de vez em quando, a retórica obriga a isto, de vez em quando uns têm mais calo do que outros e mais experiência, mas é sempre agradável de



ouvir. No fundo eu julgo que todos estaremos de acordo, estamos a prestar um bom serviço e julgo que está a ser uma óptima assembleia.

Eu, naturalmente, não havendo registado mais nenhum pedido de intervenção e voltava a passar os olhos pela assembleia, eu então perguntava ao Sr. Presidente, que naturalmente terá alguma coisa para responder e para nos dizer e para explicar.

**Presidente da Câmara Municipal:**

Muito obrigado Sr. Presidente, nem ficava bem com a minha consciência, se ouvisse aqui tanta – eu não lhe vou chamar nomes, eu sou mais elegante nas palavras, aliás sempre fui, do que algumas intervenções aqui – mas tanta desadequação no raciocínio, como aquilo que se diz.

E vou dizer já ao Dr. Maximino, que de facto há uma trapalhada enorme aqui. Sabe qual é? É uma trapalhada intelectual de algumas pessoas que não conseguiram perceber nada disto. Existe essa trapalhada e vou explicar porquê. Muito facilmente vou-lhe explicar porquê.

Levantam-se aqui questões dum investimento concreto, determinado, para vir aqui com argumentos políticos que nada têm a ver com a realidade desta situação.

Vamos começar pela primeira grande questão. Vêm-me aqui dizer que o objecto da sociedade e foi a principal crítica que ouvi aqui, não tem lá a maternidade por que eu sempre lutei, que tem lá estética e que tem lá oftalmologia e que tem lá farmácia e portanto que é um supermercado da saúde. Ainda não entenderam e deviam sabê-lo porque alguns são empresários, que as sociedades se registam e isto é uma Sociedade Anónima, não é uma parceria público-privada, é uma sociedade anónima, se registam por um objecto que tem que corresponder a um CAE e o CAE tem lá tudo o que deve ser escrito, da forma que deve ser escrito.

E isto acho que toda a gente medianamente devia saber, é que o CAE da saúde que interessa a um hospital, pode ter todas estas vertentes e burros seriam os sócios duma sociedade futura, que não deixassem acauteladas todas as eventuais possibilidades que possa ter um hospital. E é evidente que neste domínio ficou lá tudo, mas mesmo tudo o que um hospital pode ter e daí tirar dividendos e tirar reconhecimentos para essa sociedade.

O CAE não diz lá maternidade, não diz lá isto concreto nem aquilo, diz exactamente para ter uma maternidade, o que está aqui. Depois pode haver é um pacto social estabelecido entre os sócios, que esta Assembleia não tem nada a ver nesse aspecto, que blinde ou não blinde os estatutos para fazer mais isto ou mais aquilo. E isso é o poder que eu peço a esta Assembleia, para negociar em nome da Câmara, quer a escritura do respectivo contrato, quer as valências do respectivo hospital, quer o funcionamento do respectivo hospital. Compreendo uma coisa, quem não confia no Presidente para isto, vota contra, qual é o problema? Eu não estava aqui à espera que muita gente confiasse nisso, não estava, porque é que havia de estar à espera hoje, que pessoas confiassem nesse poder, quando ainda há pouco tempo atrás, noutros investimentos, alguns dos quais já estão a decorrer, se abstiveram e votaram contra. Porquê, é que havia de acreditar nisso?

Agora meus amigos, não haja processos de intenção. Também têm de compreender que haja outros que acreditem que o Presidente da Câmara é capaz de conduzir este processo bem, para bem de Mirandela, para mais um hospital de Mirandela e para a saúde da região e do concelho de Mirandela. Metam isso na cabeça. Eles têm o mesmo direito que têm os outros, de desconfiar, têm todo esse direito. E mais, é verdade sim senhor, vamos assumi-lo, que eu pedi aqui sem trapalhada nenhuma e olhos nos olhos, poderes suficientes para poder negociar toda esta situação, porque em negócios e em sociedades destas, não se pode dizer tudo, a Câmara só tem 10%, a sociedade tem 100% e portanto eu peço essa confiança e essa confiança é dada ou não pelos membros desta Assembleia. Se a quiserem dar dão, se não quiserem dar não dão e há pessoas que confiam nessa atribuição da saúde em Mirandela. E vou-vos dizer porquê. É uma falácia que eu compreendo no Sr. Garrido, mas que não compreendo em mais ninguém e que é esta:

É impressionante como não são capazes de reflectir que só há saúde privada, onde a pública é forte. Eu não percebo, que vocês mandam tanto as pessoas ser viajadas, que mandam tanto as pessoas percorrer o país, que mandam tanto as pessoas ver unidades de saúde em todo o lado e não conseguem perceber e ver que só há saúde pública forte, onde há saúde privada.

Vejam onde estão as grandes clínicas privadas, os grandes hospitais privados, sabem onde? Onde há valências e especialistas de hospitais públicos de qualidade, capazes de trabalharem também na privada, porque só a junção entre o privado e o público é que pode fixar médicos especialistas. É fácil de fazer o discurso de que os médicos são iguais aos outros e que deviam estar em todo o lado, isso é fácil, mas depois na prática e na realidade, vimos os números no nosso hospital, nos do interior e noutros sítios e onde os médicos não tiverem uma alternativa de trabalho privado para ganhar mais dinheiro, não estão nesse concelho, nem estão nesse hospital, vão para outros. Por isso é que nós nos queixamos que o litoral tem os médicos quase todos, porque o litoral





tem o público e tem o privado e assim beneficia o público porque tem lá os especialistas e beneficia o privado daqueles que podem socorrer-se disso. E este é o objecto central deste investimento.

É que nós em Mirandela e não vale a pena andarmos aqui todos com asinhas de anjo, que não somos, se não dermos passos neste caminho de ter um sector privado de saúde, capaz de concentrar a região inteira numa determinada unidade de saúde. Ó meus amigos ... os especialistas vão-se embora, porque cá não ganham o dinheiro que querem e vão para outro sítio e portanto é uma obrigação se quisermos ter um serviço nacional de saúde público forte, com especialidades, mais do que as que temos, então damos a oportunidade de ganhar mais dinheiro no privado, porque são esses especialistas que se dividem em todo o país e não só aqui, entre o público e o privado. E tenho provas concretas disto, de médicos especialistas do hospital de Mirandela, não é preciso dar outros exemplos, que já vieram ter comigo, porque só não saíram daqui ainda devido ao esvaziamento de algumas especialidades, porque estão à espera que venha uma unidade privada de saúde senão já tinham ido embora. E digo-vos isto com toda a clareza e é isto que é pôr o dedo na ferida em termos normais.

A segunda questão que é extremamente importante e que é clara, um supermercado de saúde ou um centro comercial de saúde, eu não tenho nada contra os hipermercados de saúde, aliás o Eng.º Baltazar, o seu Governo aprovou há pouco tempo 28 projectos com PIM para Centros de Saúde, a distribuir pelo País inteiro, esses sim, com as valências de centro comercial de saúde, com cabeleireiro, com compras, com tudo, é uma empresa que até tem responsáveis quer do PSD quer do Partido Socialista e deu-lhe o projecto PIM para o país inteiro, de centros comerciais de saúde e eu não quis um desses em Mirandela, porque já tinha esta intenção privada de fazer um hospital em Mirandela e não é uma clínica é um hospital. Sabem qual é a diferença? Vai estar aberto durante 24 horas e a funcionar durante 24 horas. A clínica abre às nove e fecha às cinco, às seis ou às sete da tarde.

E depois ficam todos, eu acho piada que é saber quem são os sócios e foram ver à Internet. Ó meus amigos, os sócios desta sociedade nunca estarão todos definidos em tempo algum, porque a assembleia em qualquer altura, pode entender que sai este sócio, sai aquele, o outro pode querer sair, por motivos vários. Nós o que nos interessa é que a sociedade tenha capacidade para ela própria, além de fazer, de construir de gerir um hospital. E o que eu vou dizer ao Eng.º Baltazar, ele é que está démodé na gestão e vou-lhe dizer porquê, porque compreendi agora como é que fazem o hospital e eu sei que o Sr. é um gestor moderno. Agora o que disse aqui não corresponde nada à realidade, nada e vou dizer porquê. Nesta situação da construção do hospital, existem sempre ou podem existir, quer fundos imobiliários, quer sócios que fazem uma empresa específica para a construção e fazem outra para a exploração, isto é perfeitamente normal em todas as sociedades e não é preciso ter nenhum dinheiro de capital social, nem para a construção nem para o equipamento, se existir essa sociedade, porque depois a empresa ou a Sociedade Anónima Terra Quente S. A. pagará a respectiva sociedade ou de construção ou do fundo imobiliário a renda mensal necessária que custa esse investimento, não é preciso nenhum capital social em termos de percentagem, para que haja ou não haja o hospital a funcionar. E o Hospital de Mirandela vai ser exactamente feito nesses termos.

Uma sociedade que vocês lhe chamam tão mal de construção, que depois de pronto não pode haver hospital sem haver edifício, só depois de haver o edifício é que pode funcionar o hospital, que tem o Hospital Terra Quente S.A., com estes sócios ou outros ou os que quiserem entrar, ainda podem até à escritura alguns desistirem, outros ficarem. E só depois de construído esse edifício é que haverá gestão do respectivo hospital. Pode ser privada na sua totalidade, pode ser mista, pode ser entendida que a direcção explora metade e entregar a outra metade a especialidades e a empresas que não estão cá, mas que têm médicos especialistas para isso. Isso vai-se pôr na altura no próprio hospital.

O que é que nós queremos na Assembleia ou na Câmara, que vamos participar com 10% para que o investimento ande, definir agora o que é que vai fazer a sociedade. Ó meus amigos, estas empresas estão a brincar com dinheiro em Mirandela, é? São tão beneméritos que vão agora brincar com o dinheiro para ficar parados, porque o investimento não vai ter rentabilidade. Arranjamos agora uma cambada de beneméritos para funcionar e amanhã, tanto lhes faz perder 100 como 200, como 500 ... nada disso, nada, eles não precisam, nós só precisamos do dinheiro e por isso é que o capital social para responder à questão, passados 18 meses a segunda prestação, porque enquanto se constrói o hospital, não é preciso nenhum dinheiro da sociedade. Ele vai ser construído conforme a sociedade decidir, ou por um fundo imobiliário ou por uma empresa de construção que financia. Esta é a grande questão nessa matéria e por isso é que não tem nada a ver o capital social com essa questão em termos normais.

A outra questão que eu acho de facto e que deu origem a esse comentário final, acho-a notável e acho-a notável que é: poder haver, o terreno valer menos do que aquilo que está aqui a ser dito e poder enriquecer o particular. Até ouvi aqui esta enormidade jurídica que é: a Câmara vai ter que vender o terreno a um particular, porque ainda não há sociedade. Ó meus amigos, o que é que vem aqui para vocês aprovarem? As condições necessárias para que o Presidente da Câmara Municipal possa representar a Câmara na constituição desta sociedade, na escritura desta sociedade e ao mesmo tempo participar na assembleia-geral desta sociedade, para poder decidir primeiro a direcção e os órgãos da sociedade e depois da sociedade constituída poder vender o terreno que hoje está a ser aqui autorizado a essa sociedade. O terreno é vendido directamente à Sociedade constituída. Anónima, Terra Quente S. A., depois de constituída, não pode ser antes, nem é nenhum sócio e depois vêm-me dizer, mas isto está mal avaliado, não há outras formas de avaliação? Ó meus amigos, é lei e vocês são tão legalistas e que trabalham nessas áreas para descobrir os tais focos da corrupção, a lei diz: quando uma entidade pública quer participar numa sociedade anónima, tem que haver um ROC que faça a avaliação do respectivo património que lá entra e essa avaliação do ROC é considerada quase uma escritura, ninguém contesta em termos legais. E é isto que se passa e que se passou na constituição desta sociedade,

E depois há outra coisa, quer dizer, eu compro por 208.000 a Câmara ao Dr. Tomé, que pelos vistos é um benemérito. Quer dizer, ele vende por 208.000 e agora nós vamos vender por 475.000. Se aquilo valesse um milhão, ele não nos pedia um milhão. Isto é notável. É notável quando ainda há pouco tempo, para um empreendimento destes mais pequeno, se aprovou aqui a venda a 3,75 Euros o m2 e acharam muito bem. Isto de facto são pressupostos notáveis desta situação, que hoje foram postos aqui.

Outro ponto importante, que faltam elementos, que diz o Deputado Dr. Maximino, que faltam elementos, que se os houvesse, toda esta situação estaria resolvida. Olhe que para um partido a que pertence que defende com alma e coração a iniciativa privada, que incentiva a participação à iniciativa privada, que tem elementos na sua Assembleia que incentivam e até dizem que os autarcas até têm visão reduzida, porque não investem, não fazem, não atraem investimento privado, é notável. E é notável por uma questão simples, se é privado, se nós só temos 10% mas deixe funcionar a lei do mercado, a lei das sociedades anónimas. Isto não é uma parceria público privada, é uma sociedade anónima para quem eu estou a pedir a participação e essa terá nos seus órgãos um ROC próprio para fazer a respectiva análise. É assim que funciona a iniciativa privada. Pode-se gostar ou não gostar, estar de acordo ou não estar, agora não se podem contestar é a s regras dessa sociedade. Se a quisermos controlar, então temos que ter 51% e não 10%. É assim que funciona o mercado todo em termos normais e sabem muito bem que na perspectiva das empresas privadas às vezes o segredo ainda é a alma do negócio. Por isso é que tem toda a razão na sua opinião não deve dar um cheque em branco ao Presidente da Câmara, apesar das explicações, não dê, vote contra. Agora respeite aqueles que dão e que confiam que em Mirandela pode haver um investimento privado desta natureza e isso é de respeitar. Eu hei-de ficar todo contente, que eu nestas coisas nem sou vingativo no discurso, é que depois destas situações todas, hão-de aparecer todos na inauguração, quer deste quer daquele que daqui por um ano já está pronto, a dizer que todos participaram no progresso de Mirandela e no progresso do hospital e eu direi que sim, que todos contribuíram.

Estas é que são as verdadeiras questões que nós temos que pôr e que temos que compreender nestas situações. É que eu, há situações ditas que, ou têm que ter validade jurídica e têm que ter situações jurídicas ou não vale a pena. Dizem-me assim: eu fui ver à Internet e estes construtores não constam lá ... então eu vou dizer, nem podem. Sabem como é que se fazem estas sociedades actualmente? Há ali duas ou três empresas que são exclusivas do ramo da saúde, só que já participam em vários grupos de saúde a nível nacional e interessa-lhe cada vez que entram num hospital privado, fazer nova sociedade, novos sócios para entrarem nessas sociedades. Uma delas até está neste momento, já, a construir e a explorar o Hospital de Guimarães e não vem lá porque constituiu-se de novo para este, para poderem entrar nelas todas. Mais, os sócios não têm que estar definidos nunca, hoje são estes. Quem é que amanhã garante a uma Câmara, que chega aqui muda o Presidente, chega à Assembleia-geral e diz: eu não quero ter os 10%, traz aos órgãos próprios e sai da sociedade, pode fazê-lo, como pode fazê-lo qualquer empresa, qualquer sócio que queira estar na sociedade. Isto é um mercado, por isso é que isto é um hospital privado, não é um hospital público, é privado e portanto temos que o assumir na sua vertente. E a outra desfaçatez é esta:

Porque é que não investe esse dinheiro na melhoria do serviço público de saúde? Eu acho isso notável, são capazes se calhar algum de vocês que diz isto, se calhar convencer o Sr. Ministro da Saúde ... aí são capazes! A dizer que seja ele capaz de deixar com que outros interfiram no Hospital Público de Mirandela? Eu até ofereci na altura obstetras - e está aqui o Dr. Pavão que o pode consultar ali, pode-o dizer no final - ao Hospital e recusaram. Só pode intervir no Serviço Nacional de

Saúde se o Sr. Ministro ou as Administrações Hospitalares nomeados, quiserem. Não é a Câmara que tem que impor nada, nem é a Assembleia. Não é da responsabilidade destes órgãos.

Eu acho notável que se pegue em argumentos públicos para depois desvalorizar argumentos privados. É notável, é fácil dizer que o hospital vem enfraquecer o nosso Hospital, mas depois é difícil de compreender, como é que onde os hospitais públicos são mais fortes é onde há hospitais privados fortes. Isto é notável, é notável esta situação, nós devíamos era fazer o contrário na minha opinião. Era, se Mirandela está a ser escolhida por haver um hospital privado a funcionar com todas estas vertentes, é porque Mirandela tem oportunidades para essas pessoas, de no futuro ter um cluster de saúde privado a funcionar, em ajuda, em complementaridade ao serviço público, é essa a minha intenção, é esse o meu desejo, é essa a minha luta, porque senão não me interessava nada estar aqui a lutar para que viesse para cá um hospital ou não. Porque é que eu estava a perder a energia? Porque é que eu estava a perder conhecimentos, trabalho, porquê? Isto não é da minha área, mas o meu concelho e a saúde no meu concelho dependem muito destas situações.

Eu sei que há milhares de pessoas à espera de consultas que não têm neste hospital nem no centro hospitalar, eu sei que há milhares de pessoas à espera de valências que cá não estão e que vão a outros sítios e eu sei que há sítios deste país e desta região que podem vir a este hospital e portanto independentemente de seja qual for o resultado da votação e eu sei que o resultado da votação, tenho a certeza porque sei que os Mirandelenses e os seus representantes na sua maioria confiam nas decisões do Presidente da Câmara, apesar disso doer a alguém, é que daqui por 18 meses nós estejamos todos a inaugurar uma nova unidade de saúde em Mirandela – não é para alimentar a campanha eleitoral do Presidente da Câmara, que não vota, como diz ali o Sr. Deputado Luís Sousa, é que Mirandela nessa altura tenha mais possibilidades de saúde e tenha mais situações de possibilidades de resolver os problemas de saúde, é isso a única coisa que me interessa.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Alguma pergunta à Mesa Sr. Deputado?

Uma pergunta à Mesa, faz favor.

**Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

É inserida nesta intervenção do Sr. Presidente, porque dizendo ele que as pessoas votam a favor ou votam contra, que ele seja credível para isso e a própria proposta que nos é apresentada diz: apesar da lei vigente atribuir ao Presidente da Câmara Municipal a representação do Município, propõe-se ainda que na sua pessoa seja expressamente deliberado: “delegar e autorizar o Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, José Maria Lopes Silvano, casado, Munícipe, titular do B. I., do Distrito de Bragança, natural da Freguesia de Aباças, concelho de Vila Real, residente, aonde é e não é, se não está em causa aqui uma situação pessoal e se esta votação não deveria ser por voto secreto. É a pergunta que eu faço.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

O Sr. Deputado Garrido teve a amabilidade, tendo em vista o bom funcionamento desta Assembleia, de me colocar antes a questão e eu aproveitei enquanto o Sr. Presidente falava para obter o parecer jurídico o mais rápido possível e o que está aqui em jogo é que não há necessidade disso, porque a delegação que fazemos é na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, que tem naturalmente idoneidade para o efeito.

Vamos então votar, antes de votar eu também não queria dispensar-me, o que me pareceria absolutamente quase pecaminoso da parte do Presidente desta Assembleia, que viveu toda a sua vida profissional nos hospitais e que continua a viver nos hospitais e a fazer toda a sua vida profissional neste ambiente, quer nos públicos, quer nos privados, dar a minha modestíssima opinião, sendo minha forte convicção que é um equipamento que vai contribuir seriamente para o avanço, o progresso e a vitalidade da nossa terra.

Eu julgo que tendo em face e não me queria – peço aos Srs. Deputados a melhor atenção ou a atenção possível Srs. Deputados para as minhas palavras – alongar para chamar a atenção dos meus deputados e conterrâneos, para a realidade assistencial à saúde na nossa terra.

Desde há um ano que nós temos vindo a olhar com olhos de ver, como o nosso hospital não estando em decadência, não é esse o caso, mas estando num decrescendo com a perda de valências e de serviços e portanto reduzindo a sua capacidade, rejeitando até, como disse o Sr. Presidente da Câmara, distintíssimos médicos, neste caso de obstetrícia, dispensando até outros.

Ontem passava os olhos pelo jornal da nossa região, cheguei à conclusão e é anunciado que os pediatras também estão em crise e como sabem o conselho hospitalar também rejeitou ofertas

várias, portanto perante este panorama uma oferta duns serviços assistenciais privados, é minha convicção de que de facto a terra vai melhorar em vários pontos de vista.

Mas eu não vou tornar mais exaustivo, que não foi, esta Assembleia, não vou prolongar-me sobre isso, porque há uma série de sentidos em que este hospital privado e oxalá o tenhamos dentro do prazo que aqui foi anunciado.

Srs. Deputados vamos então votar.

**Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:**

O resultado da votação é o seguinte:

Votos Contra.....1  
Abstenções .....14  
A Favor: .....54

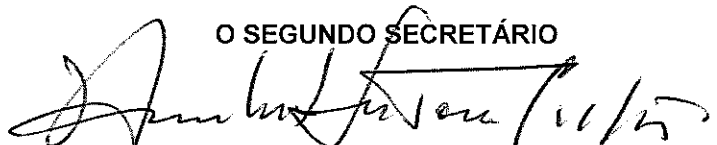
**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 69 membros dos 75 que a compõem, deliberou, com 1 voto contra, 14 abstenções e 54 a favor, aprovar por maioria, a deliberação da Câmara Municipal de 02 de Janeiro último e, em consequência, ratificar e rectificar as deliberações da Câmara Municipal de 28 de Fevereiro e da Assembleia Municipal de 26 de Abril, ambas do ano transacto, bem como autorizar o Município de Mirandela a integrar a Sociedade "Hospital Terra Quente S.A.", conforme o disposto nas alíneas A), B), C), D) E) e F), e ainda delegar e autorizar o Sr. Presidente da Câmara Municipal para o disposto nos n.ºs 1, 2, 3, 4 e 5."

Mirandela, 10 de Janeiro, de 2008

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

\_\_\_\_\_  
**DR. JOSÉ MANUEL PAVÃO**

**O SEGUNDO SECRETÁRIO**

  
\_\_\_\_\_  
**DR. HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO**